



Faculdade de Pindamonhangaba



**Jediel de Andrade Passos
Thiers Soares Mourão**

**Dogma da Imaculada Conceição contrapondo com a
Teologia Reformada**

**Pindamonhangaba – SP
2017**



Faculdade de Pindamonhangaba



**Jediel de Andrade Passos
Thiers Soares Mourão**

Dogma da Imaculada Conceição contrapondo com a Teologia Reformada

Artigo científico apresentado como parte dos requisitos para obtenção do diploma de Bacharel pelo Curso de Teologia da Faculdade de Pindamonhangaba.

Orientador: Prof. Esp. Ricardo Alexandre de Carvalho

**Pindamonhangaba – SP
2017**

PASSOS, Jediel de Andrade; MOURÃO, Thiers Soares.

Dogma da Imaculada Conceição contrapondo com a Teologia Reformada/ Jediel de Andrade Passos; Thiers Soares Mourão / Pindamonhangaba-SP: FUNVIC: Fundação Universitária Vida Cristã, 2017.

17f.: il.

Artigo (Graduação em Teologia) FUNVIC-SP

Orientador: Prof. Esp. Ricardo Alexandre de Carvalho

1. Dogma. 2.Imaculada Conceição. 3. Protestantes. I Dogma da Imaculada Conceição contrapondo com a Teologia Reformada. II Jediel de Andrade Passos; Thiers Soares Mourão.



Faculdade de Pindamonhangaba



**JEDIEL DE ANDRADE PASSOS
THIERS SOARES MOURÃO**

**DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO CONTRAPONDO COM A
TEOLOGIA REFORMADA**

Artigo científico apresentado como parte dos requisitos para obtenção do diploma de Bacharel pelo Curso de Teologia da Faculdade de Pindamonhangaba

Orientador: Prof. Esp. Ricardo Alexandre de Carvalho

Data: ___/___/___

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof . _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura: _____

Prof . _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura: _____

Prof . _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura: _____

Este trabalho foi escrito na forma de artigo científico a ser submetido à revista de Ciências Humanas da FUNVIC / Fundação Universitária Vida Cristã, cujas normas estão em anexo.

AGRADECIMENTOS

Louvamos e agradecemos a Deus por ter nos dado salvação, vida e saúde e nos abençoado com a feitura deste trabalho, iluminando nossa mente nessa pesquisa para a Sua glória.

Agradecemos à FUNVIC por nos proporcionar bolsa de estudo durante todo o bacharelado, ao professor e nosso orientador Ricardo Alexandre de Carvalho, pela orientação, atenção e ética com que sempre se posicionou e ao Prof. Me. Gabriel Aquino da Cruz, coordenador do Curso de Teologia, pela entrega e seriedade na gestão do curso que tem abençoado muitas igrejas.

As nossas famílias e familiares pelo apoio e incentivo. Ao nosso pastor e Prof. Me. Wellington da Cunha Waldhelm pelo seu apoio e instrução teológica e piedosa para o nosso ingresso ao curso de bacharel em Teologia.

DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO CONTRAPONDO COM A TEOLOGIA REFORMADA

DOGMA OF THE IMMACULATE CONCEPTION WITH REFORMED THEOLOGY

¹Ricardo Alexandre de Carvalho, ²Jediel de Andrade Passos, ³Thiers Soares Mourão

1. Professor Especialista, curso de Teologia, FUNVIC / Faculdade de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba - SP

2. Aluno do Curso de Teologia, FUNVIC / Faculdade de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba – SP

3. Aluno do Curso de Teologia, FUNVIC / Faculdade de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba - SP

Resumo

O presente artigo apresenta o Dogma da Imaculada Conceição e a posição da igreja Católica Apostólica Romana, em seu catecismo, que ensina sobre Maria como imaculada - sem pecado original e imune à tentação. Com o intuito de fazer um contraponto com a teologia protestante que discorda desse dogma com base na Bíblia Sagrada, que afirma que todos somos pecadores. A crença na imaculada conceição de Maria não foi estabelecida objetivamente, mas difundida sutilmente em concílios sobre a pessoa de Jesus Cristo, principalmente no que se refere a sua plena humanidade mesmo sendo totalmente Divino. O dogma tratado é sujeito a diversos questionamentos sobre sua legitimidade em concílios e tradição da Igreja durante a história, sendo considerada por alguns teólogos maristas e reformados como fruto de uma religiosidade popular triunfalista, emocional e até mesmo irracional. Protestantes ainda mantêm os princípios reformados e encontram barreiras para um consenso na validade do dogma em questão, por considerarem as Escrituras Sagradas como regra de fé e prática, acima da Tradição, fundamentados em argumentos bíblicos e confessionais.

Palavras-chave: Dogma. Imaculada Conceição. Protestantes. Religiosidade. Escrituras.

Abstract

The present article presents the Dogma of the Immaculate Conception in order to present the position of the Roman Catholic Church in their catechism, that teaches Mary as immaculate - without original sin and immune to temptation. In order to counteract the Protestant theology that disagrees with this dogma based on the Holy Bible, which states that we are all sinners. Belief in the immaculate conception of Mary was not objectively established, but diffused subtly in councils about the person of Jesus Christ, especially in regard to his full humanity even being totally Divine. The dogma treated is subject to several questions about its legitimacy in councils and Church tradition during history, being considered by some Marist and Reformed theologians as the fruit of a triumphalist popular religiosity, emotional and even irrational. Protestants still maintains the Reformed Principles and find barriers to a consensus on the validity of dogma in question, because they consider the Holy Scriptures as a rule of faith and practice, above the Tradition, based on biblical and confessional arguments.

Keywords: Dogma. Immaculate Conception. Protestants. Religiosity. Scriptures.

Introdução

Acredita-se que a doutrina da Imaculada Conceição é uma construção teológica misturada com crenças pagãs, e que tal sincretismo ganhou força e forma durante a história da Igreja através dos concílios e de uma religiosidade cada vez mais subjetiva. Teólogos católicos e protestantes afirmam que o tal dogma foi mal interpretado pela igreja e que a falta de esclarecimento gerou uma fortíssima religiosidade popular sobre a pessoa de Maria, muito mais emotiva do que racional, ao ponto de os fiéis a considerarem como corredentora junto a Cristo, prestando-lhe cultos, elevando-a uma posição de divindade quando lhe atribuem atributos exclusivos à Santíssima Trindade. E através de relatos não canônicos, foi desenvolvida uma doutrina sem respaldo bíblico suficiente, desconsiderando a supremacia das Sagradas Escrituras sobre a Igreja.

Fazendo uma comparação entre o pensamento da tradição da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e a abordagem Protestante, esse artigo de cunho biográfico visa paralelizar essas duas correntes teológicas em relação ao Dogma da Imaculada Conceição e exaltar a importância e o valor de Maria na teologia cristã. Assim, denunciar a superficialidade dos pressupostos maristas sobre a impecabilidade de Maria e a falta de uma abordagem mais profunda dos protestantes sobre ela. É importante atentarmos para cada ensino, pensamento e teologia a respeito de Maria para não caracterizá-la erroneamente, tampouco eliminar cada aspecto de sua devoção e sujeição ao Deus Soberano.

Conceito de dogma

O termo *dogma* tem sua origem da língua grega – δόγμα, que significa “opinião” ou “decisão”. Os Padres da Igreja e antigos escritores eclesiásticos, usavam a palavra dogma para referir-se ao conjunto de ensinamentos e normas de Jesus Cristo seguidos pela Igreja e a sua decisão sobre questões eclesiásticas em comum acordo. Todo o dogma é estabelecido através do juízo solene, mediante o magistério ordinário e universal, propondo princípios como regra definitiva, válida em todos os tempos e em todos os lugares. Sendo assim, a desobediência a algum dogma é considerada heresia e estigmatizada com anátema. De forma sucinta, os dogmas são diretrizes que auxiliam no caminho da fé outorgada por Deus através da Igreja.

Desde sua fundação, a Igreja começa a incluir dogmas que dariam segurança para sua base doutrinária fundamentada na tradição oral e escrita (Escritura Sagrada). Tais dogmas eram essenciais para seu fortalecimento e defesa doutrinária como se afirma no catecismo da igreja

Católica artigo 2 “A transmissão da revelação divina” nos parágrafos 88 e 89 intitulado “*Os dogmas da fé*”:

O Magistério da Igreja empenha plenamente a autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando, utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária. Há uma conexão orgânica entre nossa vida espiritual e os dogmas. Os dogmas são luzes no caminho de nossa fé que o iluminam e tornam seguro. Na verdade, se nossa vida for reta, nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé. (CATECISMO, 2000, p. 36)

O teólogo marista Afonso Murad (2012) ilustra os dogmas como placas que indicam o caminho da nossa fé, sistematizados para ajudar a comunidade eclesial a manter-se no rumo do Santuário vivo Jesus. Os dogmas contribuíram para o crescimento do cristianismo pelo mundo e servem como sinalizadores para a humanidade desprovida de princípios morais submissos a fé cristã.

Muito antes da fragmentação da religião cristã em denominações, os dogmas já eram questionados, mas jamais negligenciados, visando à promoção da unidade religiosa entre os cristãos e à ação transformadora nas esferas da sociedade. Porém, nos debates sobre várias doutrinas havia ensinamentos fundamentados ou não na Bíblia, sendo inevitável os conflitos de ideias e a divisão da igreja institucionalizada.

Os dogmas são ao mesmo tempo infalíveis e reformáveis. Infalíveis no que tange à confessionalidade católica e seu vínculo natural sujeitos ao decreto papal. São reformáveis por ser uma formulação humana, condicionada pelo tempo e circunstâncias, cujos elementos de linguagem são caducáveis, sendo necessário uma reinterpretação atendendo ao contexto atual, sem o abandono da fidelidade às Escrituras e à Tradição eclesial. A tradição e os dogmas estão intimamente ligados, portanto, não podem se obstar mesmo flexíveis com o processo do crescimento da fé.

Nesse processo, “há uma evolução da Tradição e do dogma, que diz respeito não somente à linguagem, mas a um aprofundamento do que Deus revelou” (MURAD, 2012, p. 129). Essa evolução característica dos dogmas considera a anterioridade da tradição apostólica como sustentadora da interpretação bíblica antes do fechamento do cânon. Assim, lemos no catecismo:

A Economia cristã, portanto, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e já há que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo’. Todavia, embora a Revelação esteja terminada, não está explicitada por completo; caberá à fé captar gradualmente todo o seu alcance ao longo dos séculos. (CATECISMO, 2000, p.31)

Vale ressaltar que houve algumas tentativas de romper barreiras dogmáticas entre católicos e reformados questionando “como a igreja pode ser a sinfonia da redenção se seus músicos interpretam a composição de maneiras tão diferentes, que o som produzido parece mais uma cacofonia do que um concerto harmonioso?” (HORTON, 2017, p. 8). Um dos motivos principais das diferenças reside nas chaves hermenêuticas de ambos: Católicos consideram a tradição como geradora e acima das Escrituras Sagradas e os protestantes afirmam que as Escrituras Sagradas estão acima da tradição. No caso do dogma da Imaculada Conceição, as interpretações da natureza de Maria são opostas, e distanciando-se durante a história eclesiástica.

Desenvolvimento dogmático na história da Igreja

Antes de abordarmos o Dogma da Imaculada Conceição nos âmbitos protestante e católico apostólico romano, é de suma importância descortinarmos a força dogmática na cosmovisão cristã antes e depois da Reforma Protestante e percebermos como a pessoa de Maria recebeu destaque indireta e totalmente após o período dos grandes concílios ecumênicos.

Logo no primeiro século com a expansão do cristianismo, com suas crenças e valores para a vida, a fé cristã sofreu neste período uma forte oposição teológica de grupos que ganhavam notabilidade, destacando-se os gnósticos que ameaçavam crenças centrais do Cristianismo. Eles argumentavam que Jesus sendo Deus não poderia habitar em um corpo pecaminoso, pois como um ser Santo poderia nascer em um corpo mal, uma vez que a matéria é má? Isso era inaceitável para o gnosticismo. Percebe-se que não somente havia uma rejeição por parte dos gnósticos da encarnação do Verbo, como também indireta e conseqüentemente uma oposição à doutrina da literalidade da gestação de Maria e de sua impecabilidade, que, muitos séculos depois, seriam dogmatizados pelo papa Pio IX, especificamente em 1854 (LOPES, 2005).

Os dogmas se tornaram muito mais urgentes a partir do II século, quando os “evangelhos” gnósticos se difundiram muito, em contraposição à interpretação dos Padres Apologistas, que buscavam uma adaptação das doutrinas cristológicas à cultura local em que o cristianismo estava envolto. Mas com o exímio cuidado para não perder a sua identidade oriunda da obra de Cristo, houve uma imensa difusão e estruturação dos dogmas para a preservação da fé, agindo estes como um “escudo” em face da presença de outras religiões e culturas, vistas como uma ameaça de relativização e enfraquecimento da doutrina cristã. Os dogmas centrais do Cristianismo foram formulados nos cinco primeiros séculos, deparando-se com grandes conflitos teológicos, o que fez, necessária a realização dos históricos concílios ecumênicos como o de Jerusalém (50 d.C.), Nicéia (325 d. C), Constantinopla (381 d. C), Éfeso (431 d. C) e Calcedônia (451 d. C).

No século IV, muitos que se adequaram ao Cristianismo não conseguiam compreender ainda as questões sobre a Santíssima Trindade e especificamente aspectos da pessoa de Jesus Cristo, como a sua humanidade e divindade, sendo ele o “Filho de Deus”. Foi em 325 d.C. que o dogma mariano começou a criar raízes sutilmente, no Concílio de Nicéia, condenando o arianismo, que pregava a humanidade de Jesus e quase desconsiderava sua divindade. Nessa ocasião, foi definido a consubstancialidade de Deus o Filho, com o Pai. O termo usado que deu à luz a uma das controvérsias envolvendo Maria é o “teotokos” (Mãe de Deus) (LOPES, 2005). O que foi esclarecido para muitos naquele contexto, hoje, é alvo de debates entre os dois braços do cristianismo – catolicismo romano e protestantismo.

No primeiro Concílio de Éfeso na Igreja de Maria em 431 d.C, foram debatidos sobre os ensinamentos cristológicos e mariológicos, dando sequência a propagação, edificação e sustentação do dogma da Imaculada Conceição. Durante o Concílio de Trento (1545 d. C) os católicos sofreram uma grande oposição dos protestantes que, a partir do ocorrido, começaram a identificar o católico como mariano e essa designação logo contribuiu para o crescimento da ênfase de Maria no catolicismo, caminhando para uma futura definição dos dogmas da concepção imaculada de Maria e de sua assunção. A partir disso, houve um movimento chamado “Contrarreforma”, na tentativa de catequizar o maior número de povos antes do possível domínio protestante.

Porém, foi somente a partir do século XIX que foram reforçados alguns dogmas pela Igreja Católica, os quais haviam sido definidos em sínodos e concílios na Idade Média, sendo eles os dogmas marianos da Imaculada Conceição pelo papa Pio IX (1854) e o da Assunção de Maria estabelecido solenemente pelo papa Pio XII (1º de novembro de 1950). Nesse período, a Igreja Católica estruturou os dogmas apoiados na tradição a despeito das Sagradas Escrituras, apesar da motivação de aproximação da Bíblia como uma regra de fé.

Com o crescimento da devoção mariana, a Igreja percebeu o afastamento do centro de sua fé que é Cristo, por este motivo foram feitas novas avaliações dos dogmas marianos, retornando-se às fontes bíblicas, patrísticas e litúrgicas. Com o advento do Concílio Vaticano II foram retomando para a finalidade dos dogmas para obter uma melhor proximidade de diálogo com outras denominações cristãs. Esse concílio foi convocado em 25 de dezembro de 1961, mas aberto solenemente em 11 de outubro de 1962 e encerrado pelo padre Paulo VI em 8 de dezembro de 1965. Os dogmas foram recolocados no seu devido lugar e função na vida cristã. A Bíblia passou a ser a fonte para a teologia e todos os elementos e formas litúrgicas. Assim, foram considerados os mais importantes dogmas aqueles que estão mais próximos da experiência religiosa (linguagem e manifestações populares) que nem mesmo com o ensino catequético desde a infância havia.

Dogma e a religiosidade popular

O pano de fundo para a consolidação dos dogmas relacionados à Maria como o dogma da Imaculada Conceição em análise, pode ter tido influência das mudanças relacionadas à religiosidade popular associada ao paganismo. Durante a estruturação da Igreja nos séculos IV e V, ocorreram várias mudanças em seu perfil como: liturgias com formas de orações que não eram comuns foram introduzidas com coros e cânticos; as igrejas começaram a ficar maiores; seus templos arquitetônicos esbanjavam beleza e impressionavam a todos quantos os frequentavam e a formalidade excessiva crescia, e assim caindo na frieza.

Com ênfase na arquitetura e na pompa dos templos na Idade Média, a cristandade começou a entrar em declínio no que tange ao verdadeiro significado da Eucaristia e da pregação. Começa-se a enfatizar muitos detalhes minuciosos para as celebrações, que a cada dia distavam das doutrinas apostólicas, fato este evidenciado quando foi concedida a ideia de que o sacramento era um sacrifício oferecido somente pelo sacerdote a favor do povo. No mesmo século, com as grandes mudanças que a Igreja estava experimentando, muitos leigos tinham uma influência pagã, pois não eram convertidos, considerando comum a veneração de mártires e relíquias, promovendo até mesmo peregrinações aos lugares em que tais santos foram mortos (PELIKAN, 2015). Em constância dessa infiltração dos pagãos na Igreja com sua cultura e mitos que traziam consigo, começaram não somente venerar, mas também prestar adoração aos santos como se fossem divindades assim como suas roupas e objetos, atribuindo-lhes os milagres e curas. Tudo convergia cada vez mais aos atos da Virgem Maria, que na antiga tradição diziam haver comunhão com as testemunhas da fé, tendo ela um lugar privilegiado entre eles.

Essa religiosidade popular cresceu tanto que a Igreja não pôde mais contê-la, sendo, pois, obrigada a aderir a essa forma de religião para não causar revoltas e constrangimentos da população. Revoltas oriundas de uma provável resistência à expressão livre dos fiéis afetava também o poder estatal que necessitava da massa popular como mantenedora dos impostos. O clero não atribuíra divindade à mãe de Jesus, mas os fiéis que dava-lhe louvor e consagração excessiva, e correndo o risco de igualá-la a Deus.

Pensava-se que Maria sendo mãe, e como toda mãe, tem nela atributos próprios, como compaixão e graça, poderiam ser mais eficazes as orações direcionadas a ela, e essa crença apelava para as emoções dos fiéis. Segundo o teólogo Giovanni Miegge (1962), o culto a Maria está relacionado com as origens do ascetismo cristão entrelaçado com profundas raízes psicológicas e morais, que levam a indícios que a falta de clareza e fundamentação bíblica sobre os atributos da Trindade levou muitos a escolherem Maria como figura de escape para a falta de sentido e segurança

em um mundo cada vez mais confuso. Era apresentado aos leigos um Deus Criador e Dominador supremo e Jesus como juiz muito severo, e por este motivo que tal pensamento popular se alicerçava-se cada vez mais no convencimento de que suas orações seriam atendidas se fossem dirigidas à Virgem Maria, mãe graciosa, e tal veneração levou-os a várias construções de templos e altares em sua honra e grandes festas, a afirmando ser a intercessora e protetora do povo.

Apesar da popularidade dos dogmas, constata-se que muitos cristãos os consideravam de difícil compreensão, cujo entendimento estava somente no alcance das autoridades máximas da igreja (o clero). Os leigos, os que estão abaixo deles, deveriam aceitar o que foi decidido sem ter o direito de questionar. Assim, muitos professam sua fé de forma empírica, satisfeitos com as experiências religiosas, alegando que Deus dará entendimento e moverá os sentimentos para a verdade. O mesmo sentido se dá no catecismo da igreja que declara em sua definição de dogma que o povo é obrigado a aceitar suas conclusões, pois todo dogma é definido pelo magistério ao qual foi dada toda a autoridade por Cristo para direcionar os cristãos no sentido da tradição apostólica.

Dogma da Imaculada Conceição no catolicismo romano e as divergências internas

A imaculada conceição de Maria está intimamente ligada à sua maternidade. Uma vez mãe de Jesus Cristo – o Deus Filho, o catecismo diz categoricamente que para Maria ser “a Mãe do Salvador foi enriquecida por Deus com dons dignos para tamanha função” (CATECISMO, 2000, p. 138). O dogma fundamenta-se nas palavras do anjo Gabriel, saudando-a como “cheia de graça”, entendendo que ela estava sob a “moção da graça de Deus”, “cumulada de graça” e redimida desde a concepção. Este mesmo catecismo cita a proclamação do dogma pelo papa Pio IX em 1854:

A beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda a mancha do pecado original. (CATECISMO, 2000, p. 138)

O dogma faz uso dos textos da carta do apóstolo Paulo aos efésios para fundamentar-se, mesmo fora de contexto, como um possível “texto prova” para exaltar a imaculada conceição de Maria, como a mais agraciada,

mais do que qualquer outra pessoa criada, o Pai a “bençoeu com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo (Ef 1.3). Ele a ‘escolheu nele (Cristo), desde antes da fundação do mundo, para ser santa e imaculada em sua presença, no amor’ (Ef 1.4) (CATECISMO, 2000, p.139).

Sendo a teologia da ICAR tradicionalista, apoiam-se no testemunho dos “Padres da tradição oriental”, como diz em seu catecismo a chamam de “mãe de Deus a toda santa (Pan-hagia; pronuncie pan-hagia), celebram-na como ‘imune a toda a mancha do pecado’...” (CATECISMO, 2000, p. 139). Além dos dizeres de seu catecismo, a ICAR não possuiu outro documento mais claro e comprobatório em defesa da Imaculada Conceição, e essa defasagem de fundamento bíblico e testemunhal dos pais da igreja como toda a história eclesiástica anterior ao dogma causou muitas controvérsias até mesmo entre seus teólogos.

Tal dogma “não tem base direta, não vem responder a questões centrais da identidade da fé cristã, como acontece com a maioria dos dogmas, nem foram proclamados em Concílio Ecumênico” (MURAD, 2012, p. 161). A Imaculada Conceição parece ser fruto de uma mentalidade mariana triunfalista. Esse dogma não é aceito em todos os aspectos entre os próprios romanistas. Há um debate sobre quando Maria teria sido purificada do Pecado Original, se na anunciação; se imediatamente antes da anunciação; depois do nascimento; durante a gestação ou no primeiro instante de sua concepção. Todo esse debate é proeminente de duas escolas de pensamento: os maculistas e os imaculistas. Os maculistas defendem que Maria teria sido purificada do Pecado Original durante a gestação e os imaculistas afirmam que a purificação ocorreu no momento da concepção.

A falta de fundamentação bíblica não impediu que os defensores da imaculada concepção disseminassem sua crença fazendo uso de analogias. Eadmer de Cantuária em seu “Tratado sobre a Conceição da Beata Maria Virgem” (sec. XII) ilustra a concepção imaculada de Maria como “a castanha que sai de um fruto espinhoso (o pecado) sem ser ferida por ele” (MURAD, 2000, p. 164). O franciscano Dun Scot por volta do ano de 1300 criou uma expressão que se popularizou entre os devotos marianos: a “pré-redenção de Maria” (MURAD, 2000). Textos como o de Lucas em que Maria considera Jesus como seu Salvador (logo Redentor) apontam para uma redenção inversa, preventiva, ou seja, Deus redimiu Maria preservando-a do pecado original, sendo impossível que ela pecasse. E enfatizava Scot que Maria não precisava de cura porque nunca ficou doente de pecado, mas foi prevenida, e prevenir é melhor do que remediar (MURAD, 2000).

Há teólogos no catolicismo romano que confessam não haver uma fundamentação precisa e sistemática sobre os dogmas marianos, como em questão o da Imaculada Conceição. Diante dessa superficialidade teológica, teólogos católicos apelam para as alegorias em busca da defesa de sua fé mariológica. A conexão entre a pureza de Eva e sua queda com a imaculada Maria, mãe do Senhor Salvador Jesus que trouxe redenção à semente caída, é um pouco do que se tem de argumento bíblico segundo a ICAR. O teólogo sistemático Joseph Ratzinger sugere através de uma leitura detalhada uma figura mariana do Novo Testamento,

totalmente ‘tecida pelos fios do Antigo Testamento, nos quais se deixam distinguir claramente duas, ou até mesmo três linhas de tradição, que são utilizadas para apresentar o mistério de Maria [...]a figura das grandes mães do Antigo Testamento: Sara, e especialmente Ana, a mãe de Samuel [...] a teologia da filha de Sião, na qual acima de tudo os profetas expuseram o mistério da eleição e da aliança, o mistério do amor de Deus para com Israel [...] evangelho de João pode-se, talvez, reconhecer [...] a figura de Eva, a “mulher”, é utilizada para a interpretação de Maria. (RATZINGER, 2013, p. 9)

A pureza de Maria não é apenas o resultado de uma graça peculiar, ou uma capacidade maior de se submeter à vontade Deus, e ele impedindo-a de pecar, mas na visão católica romana, essa santidade é sinérgica, quando a Imaculada decide cultivar esse dom, com “inteireza, liberdade profunda em Deus” (MURAD, 2012, p.173). A ênfase na imaculada concepção é no fato de Deus escolher uma mulher e nela aplicar sua vontade perdida no Édem – humanidade perfeita que glorificava a Sua imagem. É um retorno à essencialidade do ser humano, reto, bom e santo, e não um endeusamento da pessoa de Maria. Sua redenção foi processual e não anulou sua responsabilidade de obedecer ao chamado Divino, mas o conceito de imunidade ao pecado original ainda não é um consenso entre os teólogos maristas.

A Imaculada Concepção de Maria na teologia Reformada

O conceito de pecado herdado na teologia reformada, por si só impossibilita qualquer ideia de imaculada concepção de qualquer ser humano, ou seja, mesmo Maria sendo tão honrosa é considerada pecadora como qualquer outro ser humano. Na harmatologia reformada, o pecado de Adão atingiu a todos, indistintamente. A base argumentaria é as Escrituras Sagradas, tendo elas supremacia na teologia e na vida eclesial, e qualquer questão dogmática deve ser submetida a sua infabilidade. Textos da carta do apóstolo Paulo aos romanos são os mais usados para uma apologética protestante. Por exemplo, protestantes argumentam com base em Romanos (3.9-12 e vs.17-18) que,

tanto judeus como gregos, estão debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo, nenhum se quer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há um sequer [...] desconhecaram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante de seus olhos. (BIBLIA, 2008, p. 1125).

Essa doutrina é também sistematizada e defendida nas históricas confissões de fé e no Catecismo Maior. Tanto as Escrituras como também outros periódicos de ensino colocam o homem como a imagem e semelhança de Deus, perfeito, mas com a possibilidade de cair em pecado (e

assim aconteceu). A Confissão de Fé de Westminster (CFW), no capítulo 4, intitulado “da Criação” no parágrafo 2 ensina:

Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas. (CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, 2017)

E não somente pecaram e foram destituídos da glória de Deus, mas também “se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.” (CFW, 6.2). O Catecismo Maior de Westminster, na pergunta 22, menciona somente Adão como responsável, conceituando o que a teologia reformada denomina de “representante federal da humanidade” e através dele caímos assim como Eva:

22. Caiu todo o gênero humano na primeira transgressão?

O pacto sendo feito com Adão, como representante, não para si somente, mas para toda a sua posteridade, todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele na primeira transgressão. (At. 17:26; Gen. 2:17). (CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER, 2017).

As controvérsias sobre a doutrina do pecado foram protagonizadas por dois grupos e através deles surgiram vários conceitos sobre a natureza adâmica: Os socinianos e os papistas. Os socinianos afirmavam que Adão possuía uma inocência natural sem uma santidade infundida quando foi criado, sem qualquer influência sobrenatural na sua natureza. Os papistas, por sua vez, ensinavam que a santidade de Adão era sobrenatural, como uma dádiva adicional, acima do natural, sendo só assim possível sua comunhão com Deus. Apesar do fato de que nem todas as denominações evangélicas adotam a mesma confissão de fé, há um consenso geral entre os protestantes de que Adão e Eva eram capazes de manter sua pureza mediante a obediência aos mandamentos divinos, “mas isso não significava que estavam na condição privilegiada de serem imunes à tentação (*non posse peccare* – “incapazes de pecar”), como os santos no céu são e serão” (BEEKE; JONES, 2016, p. 309).

Conforme essa teologia predominante na fé reformada e puritana, entende-se que Adão foi inserido numa aliança quando “Deus criou Adão em pureza moral com a necessária capacidade inata de cumprir as condições da aliança das obras [...] portadores da imagem de Deus, mas eram diferentes de Deus em vários aspectos importantes, um dos quais era sua mutabilidade” (BEEKE; JONES, 2016, p.309). Sendo assim, se Deus não criou Adão com imutabilidade, mas o colocou na

aliança das obras (*foedus operum*) ou aliança da natureza (*foedus naturae*), e suas decisões (positivas ou negativas), teriam consequências para os seus descendentes, como de fato ocorreu, questiona-se porque ele teria preservado Maria da possibilidade de pecar, uma vez que a imutabilidade só pertence a Deus. Uma vez que os reformados consideram as Escrituras como autoridade sobre a igreja e com base nela, pregam que após queda todos somos concebidos em pecado (Salmo 51.5), herdamos, assim, como Maria, o pecado de nossos pais (Romanos 5.12). Sobre essa crença afirma o pastor e teólogo Hernandes Dias Lopes:

Não foi diferente com Maria, pois ela era um membro da raça humana. Então, por que Jesus nasceu de Maria e nasceu sem o pecado original? Porque Jesus não nasceu de um ato sexual entre Maria e José, mas o ente que nela foi gerado, o foi pelo Espírito Santo (Lc 1.35). Jesus é semente da mulher, e não semente do homem (Gn 3.15) (LOPES, 2005, p. 98)

Um incomforto para a teologia reformada é Maria ocupar um lugar exagerado no pensamento católico (MIEGGE, 1962), com o intuito de recuperar as massas e despertar nos fiéis seus sentimentos religiosos que se esfriou devido uma religiosidade a parte das Escrituras Sagradas desde o seu distanciamento da tradição escrita e supervalorização da tradição oral sem discerni-la. Maria é digna de ser imitada, e conforme a fé protestante, essa imitação deve ser buscada na fonte certa, na Palavra de Deus (LOPES, 2005). Qualquer caracterização sobre a pessoa de Maria fora da Bíblia é inaceitável para os teólogos e leigos reformados e “acrescentar o que não está na Bíblia, além de ofender a Deus, desonra Maria, porque agride a sua fé e conspira contra as suas convicções” (LOPES, 2005, p. 92).

Considerações

Nenhuma tradição ou conceitos da fé cristã devem ser eliminados, desde que seja fundamentado nas Sagradas Escrituras, assim acreditavam os reformadores, os pais da Igreja, os apóstolos e os profetas do Antigo Testamento. Tradições e dogmas são possíveis tentativas de unificar a fé em uma sociedade relativista. Contrapor a fé católica com a crença protestante não é simplesmente demonstrar suas aproximações e distanciamentos, mas resgatar o que pensava e professava a igreja cristã desde a sua formação eclesiástica, desde os tempos apostólicos. Dogmas, catecismos e confissões de fé não são perfeitos, mas tentam sistematizar a fé cristã e promover valores a serem vividos numa cultura oposta a Lei de Deus.

Maria deixou um importante legado de sua vida piedosa e submissa a Deus e a Sua Lei diante de uma cultura tão hostil para com as mulheres. Assumir uma gestação como foi a dela só

mesmo pela graça de Deus. Porém a sua reputação e espiritualidade não podem ser demasiadamente exaltadas correndo o risco de colocá-la em um lugar que nunca lhe pertenceu na teologia, no dogma e na bíblia. Enquanto no catolicismo romano houve uma aceitação de uma religiosidade subjetivista, emocional e popular, no protestantismo há uma escassez considerável de obras que exaltam com devido cuidado a importância e o valor de Maria na vida eclesiástica. As palavras de Maria em seu cântico citado no evangelho de Lucas (cap.1, vs. 46-48) podem ser uma abertura para estudos e debates construtivos ao invés da competitividade irrelevante existente:

Então disse Maria: A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador; porque contemplou na humildade da sua serva. Pois, desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada. (BÍBLIA, 2017, p. 1676)

Maria sob a graça recebida, nessas palavras ela engrandece ao Senhor, se alegra nele, se humilha perante ele, o reconhece como seu Salvador, e declara estar consciente de sua bem-aventurança em ser a mãe de um menino que marcou a história.

REFERÊNCIAS

BEEKE, J. R.; JONES, M. **Teologia Puritana**, doutrina para a vida. Tradução de Marcio Loureiro Redondo. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BÍBLIA, N. T. ROMANOS. In BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada: com ilustrações coloridas**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BÍBLIA, N. T. LUCAS. In BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo da Reforma**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, edição típica vaticana. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2000.

CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/catecismos/catecismomaior_westminster.htm> Acesso em: 3 de dez. 2017.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>> Acesso em: 3 de dez. 2017.

GONZÁLES, Justo L. **Uma História do Pensamento Cristão**. (1ª ed., Vol. I). São Paulo: Editora Cultura Cristã., 2004.

HORTON, Michael S. **Evangélicos, católicos e os obstáculos à unidade**. Tradução de Abner Arrais e Ubevaldo G. Sampaio. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2017.

LOPES, Hernandes Dias. **O Papado e o dogma de Maria à luz da Bíblia e da história**. São Paulo: Hagnos, 2005.

MIEGGE, Giovanni. **A virgem Maria**. Tradução de Alfredo Borges Teixeira. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1962.

MURAD, Afonso Tadeu. **Maria toda de Deus e tão humana**: compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas – Aparecida: Santuário, 2012.

PELIKAN, Jaroslav. **A Tradição Cristã**: Uma história do desenvolvimento da doutrina – O desenvolvimento da Teologia Medieval 600 -1300, Volume 3, São Paulo: Shedd Publicações, 2015.

RATZINGER, Joseph. **A Filha de Sião**: a devoção mariana na igreja. Tradução de Ney Vasconcelos. São Paulo: Paulus, 2013.

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Autorizo também a divulgação do arquivo no formato PDF no banco de monografias da Biblioteca institucional.

Jediel de Andrade Passos

Thiers Soares Mourão

Pindamonhangaba, dezembro de 2017

Diretrizes para Autores

Os trabalhos devem ser redigidos em português, com uso obrigatório da norma culta. Os nomes dos autores, bem como a afiliação institucional de cada um, devem ser inseridos nos campos adequados a serem preenchidos durante a submissão e devem aparecer no arquivo. A Revista Eletrônica de Ciências Humanas sugere que o número máximo de autores por artigo seja 6 (seis). Artigos com número superior a 6 (seis) serão considerados exceções e avaliados pelo Conselho Editorial que poderá solicitar a adequação. **Pesquisas feitas com seres humanos e animais devem, obrigatoriamente, citar a aprovação da pesquisa pelo respectivo Comitê de Ética, citando o protocolo de aprovação.** O não atendimento de tal proposta pode implicar em recusa de sua publicação. Da mesma forma, o plágio implicará na recusa do trabalho.

Os autores dos artigos aceitos poderão solicitar a tradução do artigo para língua inglesa aos tradutores indicados pela revista e reenviar. Os custos com a tradução serão de responsabilidade dos autores.

O periódico disponibilizará aos leitores o conteúdo digital em ambos os idiomas, português e inglês.

O uso da norma culta da Língua Portuguesa e a obediência às normas da Revista são de total responsabilidade dos autores. A não obediência a esses critérios implicará na recusa imediata do trabalho.

APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Sugere-se um número máximo de 20 páginas, incluindo referências, figuras, tabelas e quadros. Os textos devem ser digitados em **Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, justificado, exceto Resumo e Abstract.** Devem ser colocadas margens de 2 cm em cada lado.

As Figuras: gráficos, imagens, desenhos e esquemas deverão estar inseridas no texto, apresentar boa qualidade, estar em formato JPEG, com resolução de 300dpi com 15cm x 10cm. O número de figuras deve ser apenas o necessário à compreensão do trabalho. Não serão aceitas imagens digitais artificialmente 'aumentadas' em programas computacionais de edição de imagens. As figuras devem ser numeradas em algarismos arábicos segundo a ordem em que aparecem e suas legendas devem estar logo abaixo.

Tabelas e Quadros: deverão ser numerados consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçados pelo título. As tabelas e os quadros devem estar inseridos no texto. Não serão admitidas as tabelas e quadros inseridos como Figuras.

Títulos de tabelas e quadro e legendas de figuras deverão ser escritos em tamanho 11 e com espaço simples entre linhas.

Citação no texto: deve-se seguir as Normas da ABNT (NBR 10520, 2003). As citações deverão aparecer no texto, seguidas pelo ano de publicação. As chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título podem ser: a) incluídas na sentença: sobrenome (ano). Ex.: Gomes, Faria e Esper (2006) ou b) entre parênteses: (SOBRENOME, ano). Ex.: (GOMES; FARIA; ESPER, 2006). Quando se tratar de citação direta (transcrição literal), indicar, após o ano, a página de onde o texto foi extraído. O trecho transcrito deverá estar entre aspas quando ocupar até três linhas. As citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, ser escritas com letra menor que a do texto utilizado, com espaçamento entre

linhas menor do que o utilizado no texto e sem as aspas. Citações indiretas de vários documentos simultaneamente devem constar em ordem alfabética (como nas referências). Citação de citação: autor citado (ano apud AUTOR, ano). Deve-se fazer a referência do autor lido. Ex.: Pádua (1996 apud FERNANDES, 2012, p. 5) salienta que “[...] pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas [...]”.

Teses, dissertações e monografias, solicitamos que sejam utilizados apenas documentos dos **últimos três anos** e quando não houver o respectivo artigo científico publicado em periódico. Esse tipo de referência deve, obrigatoriamente, **apresentar o link** que remeta ao cadastro nacional de teses da CAPES e aos bancos locais das universidades que publicam esses documentos no formato pdf.

Grafia de termos científicos, comerciais, unidades de medida e palavras estrangeiras: os termos científicos devem ser grafados por extenso, em vez de seus correspondentes simbólicos abreviados. Para unidades de medida, deve-se utilizar o Sistema Internacional de Unidades. Palavras em outras línguas devem ser evitadas nos textos em português, utilizar preferentemente a sua tradução. Na impossibilidade, os termos estrangeiros devem ser grafados em itálico. Toda abreviatura ou sigla deve ser escrita por extenso na primeira vez em que aparecer no texto.

ESTRUTURA DO ARTIGO

PESQUISAS ORIGINAIS devem ter no máximo 20 páginas com até 40 citações; organizar da seguinte forma:

Título em português: caixa alta, centrado, negrito, conciso, com um máximo de 25 palavras;

Título em inglês (obrigatório): caixa alta, centrado. Versão do título em português;

Autor(es): O(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es) e seus títulos e afiliações à Sociedade ou Instituições. Indicar com asterisco o autor de correspondência. Ao final das afiliações fornecer o e-mail do autor de correspondência.

Resumo: parágrafo único sem deslocamento, fonte tamanho 11, espaço 1, justificado, contendo entre 150 e 250 palavras. Deve conter a apresentação concisa de cada parte do trabalho, abordando objetivo(s), método, resultados e conclusões. Deve ser escrito sequencialmente, sem subdivisões. Não deve conter símbolos e contrações que não sejam de uso corrente nem fórmulas, equações, diagramas;

Palavras-chave: de 3 a 5 palavras-chave, iniciadas por letra maiúscula, separadas e finalizadas por ponto.

Abstract (obrigatório): fonte tamanho 11, espaço 1, justificado, deve ser a tradução literal do resumo;

Keywords: a apresentação deverá ser a mesma das **Palavras-chave em Português**.

Introdução: deve apresentar o assunto a ser tratado, fornecer ao leitor os antecedentes que justificam o trabalho, incluir informações sobre a natureza e importância do problema, sua relação com outros estudos sobre o mesmo assunto, suas limitações. Essa seção deve representar a essência do pensamento do pesquisador em relação ao assunto estudado e apresentar o que existe de mais

significante na literatura científica. Os objetivos da pesquisa devem figurar como o último parágrafo desse item.

Método: destina-se a expor os meios dos quais o autor se valeu para a execução do trabalho. Pode ser redigido em corpo único ou dividido em subseções. Especificar tipo e origem de produtos e equipamentos utilizados. Citar as fontes que serviram como referência para o método escolhido.

Pesquisas feitas com seres humanos e animais devem, obrigatoriamente, citar a aprovação da pesquisa pelo respectivo Comitê de Ética, citando o protocolo de aprovação.

Resultados: Nesta seção o autor irá expor o obtido em suas observações. Os resultados poderão estar expressos em quadros, tabelas, figuras (gráficos e imagens). Os dados expressos não devem ser repetidos em mais de um tipo de ilustração.

Discussão: O autor, ao tempo que justifica os meios que usou para a obtenção dos resultados, deve contrastar esses com os constantes da literatura pertinente; estabelecer relações entre causas e efeitos; apontar as generalizações e os princípios básicos, que tenham comprovações nas observações experimentais; esclarecer as exceções, modificações e contradições das hipóteses, teorias e princípios diretamente relacionados com o trabalho realizado; indicar as aplicações teóricas ou práticas dos resultados obtidos, bem como, suas limitações; elaborar, quando possível, uma teoria para explicar certas observações ou resultados obtidos; sugerir, quando for o caso, novas pesquisas, tendo em vista a experiência adquirida no desenvolvimento do trabalho e visando a sua complementação.

Conclusões: Devem ter por base o texto e expressar com lógica e simplicidade o que foi demonstrado com a pesquisa, não se permitindo deduções. Devem responder à proposição.

Agradecimentos (opcionais): O autor deve agradecer às fontes de fomentos e àqueles que contribuíram efetivamente para a realização do trabalho. Agradecimento a suporte técnico deve ser feito em parágrafo separado.

Referências (e não bibliografia): Espaço simples entre linhas e duplo entre uma referência e a próxima. As referências devem ser numeradas na ordem em que aparecem no texto. A lista completa de referências, no final do artigo, deve estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023, 2003). Quando a obra tiver até três autores, todos devem ser citados. Mais de três autores, indicar o primeiro, seguido de et al. Alguns exemplos:

Artigo publicado em periódico:

LUDKE, M.; CRUZ, G. B. dos. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005.

Artigo publicado em periódico em formato eletrônico:

SILVA JUNIOR, N. A. da. Satisfação no trabalho: um estudo entre os funcionários dos hotéis de João Pessoa. **Psico-USF**, Itatiba, v. 6, n. 1, p. 47-57, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Livro (como um todo)

MENDONÇA, L. G. et al. **Matemática financeira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Capítulo de livro

MARTÍN, E.; SOLÉ, I. A aprendizagem significativa e a teoria da assimilação. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. cap. 3, p. 60-80.

ARTIGOS DE REVISÃO

Poderão ser aceitos para submissão, desde que abordem temas de interesse, atualizados. Devem ser elaborados por pesquisadores com experiência no campo em questão ou por especialistas de reconhecido saber. Devem ter até 20 páginas, incluindo resumos, tabelas, quadros, figuras e referências. As tabelas, quadros e figuras limitadas a 06 no conjunto, devem incluir apenas os dados imprescindíveis. As figuras não devem repetir dados já descritos em tabelas. As referências bibliográficas devem ser limitadas a 60. Deve-se evitar a inclusão de número excessivo de referências numa mesma citação.

Devem conter: título em português e inglês, autores e afiliações, resumo e abstract (de 150 a 250 palavras), palavras-chave/keywords, introdução, método (como nos artigos de pesquisas originais) considerações finais (neste item serão retomadas as diferentes colocações dos autores estudados de maneira a conduzir a um fechamento, porém, não havendo conclusões definitivas), agradecimentos (caso necessário), referências.

Ou, em caso de artigos de revisão de literatura contendo metanálise, depois do item método deverá ser apresentado o item resultados (contendo a metanálise) e as conclusões.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
- 7.

Declaração de Direito Autoral

Declaração de direito autoral

Os autores devem revisar o trabalho antes de enviá-lo, autorizando sua publicação na

Revista Eletrônica de Ciências Humanas.

Devem declarar que:

nem o trabalho, nem outro substancialmente semelhante em conteúdo, já tenha sido publicado ou está sendo considerado para publicação em outro periódico, no formato impresso ou eletrônico, sob sua autoria e conhecimento; o referido trabalho está sendo submetido à avaliação com a atual filiação dos autores; os autores ainda concordam que os direitos autorais referentes ao trabalho se tornem propriedade exclusiva da Revista Eletrônica de Ciências Humanas desde a data de sua submissão. No caso de a publicação não ser aceita, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada.

Todas as afiliações corporativas ou institucionais e todas as fontes de apoio financeiro ao trabalho estão devidamente reconhecidas.

Por conseguinte, os originais submetidos à publicação, deverão estar acompanhados de Declaração de Direitos Autorais, conforme modelo:

DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Nós, abaixo assinados, transferimos todos os direitos autorais do artigo intitulado (título) à Revista Eletrônica de Ciências Humanas.

Declaramos ainda que o trabalho é original e que não está sendo considerado para publicação em outra revista, quer seja no formato impresso ou no eletrônico. Certificamos que participamos suficientemente da autoria do manuscrito para tornar pública nossa responsabilidade pelo conteúdo. Assumimos total responsabilidade pelas citações e referências bibliográficas utilizadas no texto, bem como pelos aspectos éticos que envolvem os sujeitos do estudo.

Data:

Assinaturas

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

